

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: FATOS OCASIONALMENTE NÃO MENCIONADOS ENTRE 1817 E 1824¹

INDEPENDENCE OF BRAZIL: FACTS OCCASIONALLY NOT MENTIONED BETWEEN 1817 AND 1824

Beatriz Oliveira da Nobrega²

RESUMO

O processo de independência do Brasil começou com a chegada da família real à colônia brasileira em 1808, período no qual as tropas francesas, comandadas por Napoleão Bonaparte, invadiram Portugal. D. João VI, rei português, fugiu do país e se instalou no Rio de Janeiro. Durante uma viagem política no dia 7 de setembro de 1822, ao se aproximar do rio do Ipiranga localizado no estado de São Paulo e receber uma carta escrita pelo ministro José Bonifácio e pela princesa Leopoldina, o grito de independência foi dado por D. Pedro e o país foi declarado emancipado de Portugal, transformando-se numa monarquia. Para delinear bem o estudo, o objetivo principal desse trabalho é expor momentos da história brasileira relacionados à emancipação do país de Portugal os quais não são citados corriqueiramente. Nesse trabalho foi usado o método indutivo, pois são observações de situações específicas sobre toda história que envolve a independência do Brasil a fim de se obter conclusões gerais acerca desse assunto. Em suma, a emancipação brasileira é rica em detalhes desconhecidos pela maioria da população do país, mas que merecem ser destacados por conta de sua relevância no contexto histórico.

Palavras-chave: independência; Brasil; Portugal; colônia; império.

ABSTRACT

The process of Brazilian independence began with the arrival of the royal family to the Brazilian colony in 1808, a period in which French troops, commanded by Napoleon Bonaparte, invaded Portugal. D. João VI, Portuguese king, fled the country and settled in Rio de Janeiro. During a political trip on September 7, 1822, when approaching the Ipiranga River located in the state of São Paulo and receiving a letter written by the minister José Bonifácio and by Princess Leopoldina, the cry for independence was given by D. Pedro and the country was declared emancipated from Portugal, transforming itself into a monarchy. To delineate the study well, the main objective of this work is to expose moments of Brazilian history related to the emancipation of the country from Portugal which are not commonly mentioned. In this work, the inductive method was used, as they are observations of specific situations about the entire history that involves the independence of Brazil in order to obtain general conclusions on this subject. It is concluded that Brazilian emancipation is rich in details unknown to most of the country's population, but which deserve to be highlighted because of their relevance in the historical context.

Keywords: independence; Brazil; Portugal; colony; empire.

¹ Artigo apresentado em 10 de outubro de 2022 ao Centro de Instrução de Aviação do Exército como requisito parcial para obtenção do Grau Tecnólogo em Sistemas Mecânicos de Aeronaves.

² Aluno do Curso de Formação e Graduação de Sargentos – Av Mnt. Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx). E-mail: bia.hmrb@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O processo de independência do Brasil começou com a chegada da família real à colônia brasileira em 1808, período no qual as tropas francesas, comandadas por Napoleão Bonaparte, invadiram Portugal. D. João VI, rei português, fugiu do país e se instalou no Rio de Janeiro. A colônia sofreu um desenvolvimento econômico – destaque para a abertura dos portos brasileiros às nações amigas autorizada por ele no mesmo ano. Com isso, o Brasil e a Inglaterra tiveram um importante desenvolvimento nas suas relações comerciais.

Em 16 de dezembro de 1815, o país foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, deixando, assim, de ser colônia. No ano de 1817, a capitania pernambucana era a mais lucrativa do território e por isso era obrigada a custear a maioria dos gastos da família real, fazendo os pernambucanos se rebelarem contra a Coroa.

Em 1820, a Revolução Liberal do Porto reivindicava o retorno do rei D. João VI e de seu filho, D. Pedro, a Portugal. O rei cedeu e retornou, porém D. Pedro, em 9 de janeiro de 1822, declarou que permaneceria no Brasil – conhecido como o “Dia do Fico”.

Isso tudo contribuiu para que, durante uma viagem política no dia 7 de setembro de 1822, ao se aproximar do rio do Ipiranga, localizado no estado de São Paulo, e receber uma carta escrita pelo ministro José Bonifácio e pela princesa Leopoldina, o grito de independência fosse dado. Na carta, a princesa sugeriu a D. Pedro uma atenção aos conselhos que José Bonifácio teria escrito logo em seguida. O ministro começou escrevendo que Lisboa tentaria atacar o Rio de Janeiro e retaliar os adeptos à independência e, diante disso, o Príncipe ou partiria imediatamente para Portugal e ficaria à mercê das Cortes, situação idêntica a de seu pai, ou ficaria e proclamaria a independência do Brasil, “fazendo-se seu imperador ou rei”.

Portanto, o grito de independência foi dado e o país foi declarado emancipado de Portugal, transformando-se numa monarquia. Em 12 de outubro, D. Pedro foi aclamado imperador e no dia 1º de dezembro ele foi coroado D. Pedro I. Internamente, houve conflitos pós-declaração na Bahia, no Maranhão, no Pará e na Cisplatina. Externamente, embora muitos autores citem que os EUA foram o primeiro país a reconhecer a nação brasileira como independente, a Argentina foi o primeiro país a realizar tal feito.

Dissertar sobre a independência do Brasil é um risco, visto que há muitas pesquisas, descobertas e teses em torno desse tema tão conhecido. O objetivo desse trabalho é acrescentar no conhecimento adquirido ao longo da vida escolar fatos não mencionados corriqueiramente. Ademais, estudar o passado da sua própria nação é primordial para entender as origens e os costumes do seu povo, com a finalidade de construir um futuro melhor.

Este trabalho tem como tema “acontecimentos relevantes ligados à independência do Brasil”. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa, ou seja, a delimitação do tema é “independência do Brasil: fatos ocasionalmente não mencionados entre 1817 e 1824”.

A partir do tema delimitado, buscou-se resolver o seguinte problema de pesquisa: quais são as partes da história sobre a independência do Brasil que não são contadas na educação curricular?

Para delinear bem o estudo, este trabalho desdobrar-se-á em um objetivo geral e cinco objetivos específicos: o objetivo principal é expor momentos da história brasileira relacionados à emancipação do país de Portugal os quais não são citados corriqueiramente e os objetivos específicos são: examinar situações antecedentes que influenciaram na independência; compreender os principais fatores que sucederam a independência; analisar o processo de independência; conhecer personalidades fundamentais para que a independência ocorresse; enunciar as consequências das ações emancipacionistas.

Nesse trabalho foi usado o método indutivo, pois são observações de situações específicas sobre toda história que envolve a independência do Brasil a fim de se obter conclusões gerais acerca desse assunto.

Quanto à finalidade, a pesquisa é básica com foco puramente teórico, buscando a análise do passado e o conhecimento de relatos verídicos em torno da autonomia brasileira diante de Portugal, sem interesse em aplicações práticas sobre o assunto.

No que diz respeito ao procedimento na construção desse artigo, a pesquisa é do tipo bibliográfica, tendo em vista que as fontes são livros, artigos, outros textos de caráter científico e trabalhos de conclusão de curso com a finalidade de acrescentar fatos e acontecimentos ao tema analisado.

Convém destacar que esse estudo mostra-se relevante, pois poderá contribuir com o aumento do conhecimento intelectual de quem se interessar pela história do Brasil. Além disso, a declaração da independência e todo o seu processo foi de suma relevância para o povo brasileiro daquela época, uma vez que ocorreu a desvinculação com Portugal, a iniciação de um novo período cultural e econômico e o reconhecimento da recente pátria autônoma perante outros países. Tal relevância também se estende à atualidade, afinal, nesse presente ano é comemorado o bicentenário daquele inevitável acontecimento na história do Brasil. Portanto, trazer à tona fatos desconhecidos pela maioria das pessoas faz com que o acontecimento seja lembrado e valorizado.

2 ANTECEDENTES À INDEPENDÊNCIA (1817-1822)

2.1 1817

A Revolução Pernambucana, iniciada no dia 6 de março de 1817, foi um movimento de caráter separatista e republicano que influenciou demasiadamente na independência de 1822. A Revolução aconteceu na capitania de Pernambuco por conta da presença da Corte portuguesa no Brasil, pois houve um grande aumento dos impostos a fim de sustentar os luxos da família real.

Essa revolução inspirou-se nos ideais liberais propagados pelo Iluminismo que estava presente na região devido à existência da loja maçônica “Areópago de Itambé”. O movimento iniciou-se após a morte do brigadeiro português Manoel Joaquim Barbosa de Castro. O brigadeiro foi morto quando estava prendendo o capitão José de Barros Lima, denunciado por participar de uma conspiração contra o governo.

Após esse evento, a revolta espalhou-se por Recife e a cidade foi dominada pelos revolucionários que conquistaram a capitania e instalaram um governo provisório, adotando uma série de medidas: proclamação da república na capitania de Pernambuco; liberdade de imprensa e credo; instituição dos três poderes; aumento no soldo dos soldados.

Ainda no mesmo dia, os representantes para o governo foram definidos: Domingos José Martins, representante do comércio; José Luís de Mendonça, representante dos magistrados; Manuel Correa de Araújo, representante da agricultura; Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa, representante dos militares.

Outro fato importante da Revolução de 1817 é que havia dois grupos com diferentes objetivos: para as camadas pobres, a revolução buscava igualdade; para os grandes proprietários rurais, com a queda do preço do açúcar, do algodão e com a alta do preço dos escravos, era necessário cessar os altos impostos da Coroa. Vale ressaltar o grande número de sacerdotes adeptos ao movimento, os quais fizeram tornar conhecida como a "revolução dos padres".

A Revolução Pernambucana não durou muito tempo, a derrota aconteceu oficialmente no dia 20 de maio de 1817 e começou com o ataque das forças portuguesas bloqueando a cidade de Recife. As execuções dos líderes sucederam-se: Domingos José Martins e José Luiz de Mendonça foram arcabuzados na Bahia; Domingos Teotônio Jorge foi enforcado no Recife. A sentença de morte proferida em 10 de julho de 1817 foi:

Depois de mortos, serão cortadas as mãos e decepadas as cabeças do 1º réu em Soledade, as mãos no quartel; a cabeça do segundo em Olinda, as mãos no quartel; e a cabeça do 3º em Itamaracá, e as mãos em Goiana. Os restos de seus cadáveres serão ligados às caudas de cavalos e arrastados até o cemitério.

2.2 1820

A Inglaterra assumiu a regência de Portugal na época em que D. João VI veio para o Brasil. Quando Napoleão Bonaparte perdeu, muitos portugueses acharam que o rei voltaria para o país, mas, D. João VI adiava o seu retorno, pois, supostamente, onde estava, ele se sentia livre das pressões da Corte portuguesa e das potências europeias.

Em 1818, um grupo secreto com o nome de Sinédrio surgiu para discutir o fim da regência inglesa. Seus membros foram os idealizadores da Revolução Liberal do Porto que contava com a ajuda da burguesia, nobreza e militares, os quais deram início ao movimento.

Na manhã do dia 24 de agosto de 1820, no Porto, as tropas comandadas pelo coronel Cabreira assistiram a uma missa. Em seguida, juntaram-se a elas as forças do coronel Sepúlveda e do Tenente-Coronel Domingos António Gil, formando, assim, um conselho militar. À tarde, uma reunião na sede da Câmara Municipal da cidade constituiu a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino enquanto que, na Praça Nova, os soldados e o povo aclamavam pela Revolução.

Da reunião foi divulgado um “Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa”, glorificado o Exército por ter tirado a pátria do abismo, reafirmando a fidelidade ao Rei, mas exigindo o seu retorno e a formulação de uma constituição que limitasse o poder do soberano. Também queriam a volta do Brasil à condição de colônia.

Em janeiro de 1821, as Cortes portuguesas reuniram-se para elaborar o documento. Enquanto isso, D. João VI voltava a Portugal com parte da sua família e da nobreza que o acompanhou. O filho mais velho, D. Pedro, ficou no Brasil, como príncipe regente. Provavelmente essa tenha sido a última jogada política de D. João VI, pois deixando o filho no comando, ele alimentava a esperança de manter unidos os laços entre Portugal e Brasil.

2.3 1822

Após a chegada de D. João VI a Portugal, a Corte portuguesa enviou decretos ao Brasil ordenando a abolição da regência, o retorno de D. Pedro a Portugal e a obediência da província à Lisboa. Entretanto, a força da liderança do príncipe entre os brasileiros fez com que ele descumprisse as ordens portuguesas e permanecesse no Brasil.

O dia 9 de janeiro de 1822 ficou conhecido como o “Dia do Fico” pois, quando os cariocas entregaram ao príncipe um abaixo-assinado com oito mil nomes apoiando-o, D. Pedro publicamente declarou: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico.”

Após o Dia do Fico, D. Pedro convocou uma assembleia constituinte, organizou uma Marinha de Guerra, orientou que as tropas portuguesas retornassem para a Europa e convocou o povo a lutar pela independência.

Poucos meses depois, o príncipe fortaleceu-se ainda mais com a lei do “Cumpra-se”. Essa lei determinava que qualquer ordem enviada pelas Cortes portuguesas só seria acatada no Brasil com a autorização dele. Desse modo, o poder lusitano era nulo passando a existir a autonomia política brasileira.

3 FATORES PÓS O ATO DE INDEPENDÊNCIA (1822)

Em 12 de outubro de 1822, no seu aniversário de 24 anos, D. Pedro, o príncipe regente, foi aclamado como imperador pelos pares do reino.

Raiou, finalmente, o dia suspirado, e foi saudado com as salvas das fortalezas e dos navios da esquadra surtos no porto, todos embandeirados. Apesar de toldado o dia, e de quando em quando chuvoso, não deixaram de cobrir-se de sedas as janelas e de juntar-se de folhas as ruas. No meio do campo de Santana teve lugar a cerimônia, e por isso lhe foi dado o nome de Praça da Aclamação. Desde às 9 horas da manhã se achavam ali todas as tropas da capital, em número de mais de 3.000 praças, formadas em duas brigadas, uma da Corte e outra das tropas do Rio e de São Paulo, compreendendo também o esquadrão de Minas e do batalhão de caçadores de Henriques. Às 10 saía do palácio de São Cristóvão o Imperador, com a Imperatriz e a Princesa D. Maria da Glória, acompanhado pela sua luzida Guarda de Honra. Pelo caminho, e ainda mais na sua chegada ao Campo, prorrompiam os vivas por toda parte. Dirigiu-se depois o Imperador, acompanhado de seus ministros e camaristas, à varanda do palacete, no qual estariam umas três mil pessoas. Ouviu o largo discurso do presidente da municipalidade, que por vezes foi interrompido de vivas pelo povo; respondeu aceitar o título, convencido de que tal era a vontade geral dos povos do Brasil. Desfilaram depois as tropas; seguiu o Imperador, a pé, apesar da chuva, até à Capela Imperial, onde assistiu ao *Te-Deum*, e logo passou ao palácio a dar beija-mão, e à noite compareceu ao teatro. Tanto nessa noite como nas imediatas se iluminou toda a cidade. (VARNHAGEN, 2010, p. 175-176)

Em 1º de dezembro de 1822, ele foi coroado pelo bispo do Rio de Janeiro como imperador e não como rei, pois, apesar do seu direito monárquico, preferiu mostrar que tinha sido eleito pelo povo. A data prevista para a cerimônia de coroação era 24 de novembro, todavia, foi transferida para o dia 1º de dezembro em virtude do aniversário da aclamação de D. João IV, e, por consequência, da elevação da casa de Bragança ao trono.

Seguiam as insígnias imperiais, a espada, bastão, luvas, manto, cetro e coroa, levados por diversos procuradores-gerais das províncias, acompanhados de moços fidalgos. Fazia de mestre-de-cerimônias o Barão de Santo Amaro, de Condestável o Conde de Palma, de mordomo-mor o ministro do Império e de camareiro-mor o Barão de Santo Amaro. (VARNHAGEN, 2010, p. 210)

Aproveitando a ocasião, o imperador criou a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, para recompensar o “distinto serviço militar, civil ou científico”. Faz alusão à posição geográfica do Brasil, respeitando essa constelação que teve sempre este império, desde o seu descobrimento,

de terra de Santa Cruz. Foi a primeira ordem honorífica genuinamente brasileira.

Por outro decreto, no mesmo dia, foi criada a “Guarda de Honra”, oriunda dos três esquadrões principais: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Uma das principais finalidades da criação foi honrar com a fidelidade dos primeiros alistados.

4 O PROCESSO (1822-1823)

4.1 ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Retornando aos fatos, em 3 de junho de 1822, D. Pedro convocou a primeira Assembleia Constituinte brasileira, mas os portugueses anularam a convocação. Aquela Assembleia somente se concretizou meses após a declaração de independência, em 3 de maio de 1823, com a primeira experiência parlamentar brasileira: a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, no Rio de Janeiro. Hoje, esse dia é definido como o Dia do Parlamento. Com isso, na época, conseguiram reunir 84 de 100 deputados de 14 províncias para iniciar o processo da resolução da Constituição. A Câmara ficou por muitos meses tentando entrar em um consenso e formular a primeira Constituição do novo país independente.

No início de novembro, propuseram que a Assembleia ficasse em sessão permanente por causa das manifestações e movimentos militares que conturbavam a Câmara, passando a ficar conhecida como "A Noite da Agonia". Horas mais tarde, a tropa imperial cercou o edifício, colocando peças de artilharia nas ruas, para que, por ordem do imperador, a Assembleia Constituinte fosse dissolvida. O imperador não estava de acordo com as ideias de alguns constituintes que, por causa disso, acabaram sendo presos e depois exilados.

4.2 CONFLITO NA BAHIA

A Bahia era uma das principais províncias na economia e na política do território, pois foi capital colonial até 1763. Na capital da província, em Salvador, acontecia muitas movimentações políticas e depois que a junta do governo administrada pelo Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo chegou, os conflitos aumentaram pois o governador declarou-se fiel a Portugal, negando a independência do Brasil. Quando os atritos se expandiram para o interior, Madeira enviou tropas na tentativa de combater os revoltosos, ocasionando um apoio maior a D. Pedro I.

Madeira considerou esse apoio uma afronta e aumentou o bombardeio com armas nas cidades; os brasileiros, descontentes, proclamaram a formação de uma Junta Conciliatória e de Defesa Instituída para lutar contra o poderio lusitano. Com o auxílio das tropas navais lideradas

pelo britânico Thomas Cochrane, o cerco sobre navios portugueses foi efetivo. Eram, segundo Cochrane, 13 navios de guerra - os principais chamavam-se “Pedro Primeiro” e “Maria da Glória” - e, em 2 de julho de 1823, as tropas de Portugal foram derrotadas. Nessa data, atualmente, é comemorado um feriado chamado de “Independência da Bahia” devido à aceitação da emancipação brasileira na província baiana.

4.3 CONFLITO NO MARANHÃO

O processo de incorporação da província do Maranhão ao império do Brasil foi rápida, mas também foi tensa e dependente da mobilização militar. O Maranhão, também, manteve-se fiel a Lisboa e não aceitava as ordens vindas do Rio de Janeiro. A Junta Governativa de São Luís controlava a região como um todo e escolheu a cidade Itapecuru-Mirim para se fortificar após a derrota que sofreu em Piauí. O major português Fidié, líder militar da resistência, sofreu um cerco pelos brasileiros na cidade de Caxias, foi preso e mandado de volta para Portugal.

De maneira lenta e gradual, os brasileiros conquistaram o apoio de povoados maranhenses. Contudo, a capital permanecia controlada pelos portugueses e, por esse motivo, navios comandados pelo Lord Thomas Cochrane, enviados por ordem do Rio de Janeiro, aproximaram-se do porto de São Luís. Com a simulação de serem portugueses, os homens de Cochrane conseguiram desembarcar, aprisionando militares portugueses e conquistando o controle da cidade. A capital provincial e tradicional São Luís, um reduto português no Brasil, finalmente foi bloqueada pelo mar e ameaçada de bombardeio, sendo assim, obrigada a se render e a aderir à independência em 28 de julho de 1823.

4.4 CONFLITO NO PARÁ

O Pará demorou a aderir à independência por causa da forte ligação com Portugal: Belém tinha o mesmo status que a cidade lusitana de Porto e a navegação para Lisboa era bem mais segura e rápida partindo da Província do que da capital do Rio de Janeiro, facilitando o comércio e as relações sociais com Portugal.

Em agosto de 1823, D. Pedro I chamou o militar inglês John Pascoe Grenfell, e seu brigue “Maranhão”, a fim de que ele conseguisse que os paraenses aceitassem a emancipação brasileira. Grenfell, por meio de um blefe, afirmou que era o primeiro de uma frota de navios que invadiria o Estado, caso os paraenses não aceitassem pacificamente a independência. Todavia, quando os líderes perceberam a mentira, já estavam politicamente obrigados a assinar o documento de adesão. Por causa disso, eclodiram revoltas e Grenfell foi implacável ao

combatê-las: fez com que suas tropas prendessem qualquer um que fosse suspeito. No episódio conhecido como “Brigue Palhaço”, o inglês decidiu prender 252 pessoas no porão de um navio, as quais morreram sufocadas após ser jogada cal virgem para resolver uma revolta dos presos.

A consagração da adesão ocorreu no dia 15 de agosto de 1823 e, em 1996, foi criada uma lei que definia essa data como feriado sendo uma maneira de comemorar a data magna do calendário paraense.

4.5 CONFLITO NA CISPLATINA

A Cisplatina possuía uma presença constante das tropas portuguesas. O motivo principal era garantir a fronteira sul por meio da ocupação do território. O problema era que a Coroa espanhola também tinha o mesmo interesse. Quando a independência do Brasil foi declarada, o comandante de armas D. Álvaro da Costa não aderiu ao império enquanto o general Lecor, responsável pela área durante o governo de D. João VI, aderiu a D. Pedro. Deu-se início ao embate.

A disputa que ocorreu em Montevideu foi uma decisão das tropas que já estavam ali organizadas. No início, as forças portuguesas resistiram ao cerco brasileiro, porém, em agosto de 1823, o oficial superior da Marinha Pedro Antonio Nunes comandou sua esquadra constituída por dois brigues, uma corveta e três escunas e conseguiu fechar o cerco marítimo na Capital. O combate decisivo ocorreu em terra, no dia 21 de outubro de 1823. D. Álvaro da Costa tentou romper o cerco realizado, mas não obteve êxito. Os portugueses não tinham mais capacidade de manter sua resistência aos brasileiros, iniciando-se, assim, as conversações. Em 18 de novembro de 1823 foi assinada a “Convenção para a Suspensão de Armas e Retiradas da Tropas Portuguesas de Montevideu”.

Embora a rendição tivesse sido concluída, as últimas forças portuguesas deixaram o território brasileiro apenas em 28 de fevereiro de 1824. Esse era o último território a aceitar a independência. O reino do Brasil se transformava, por inteiro, em um império.

A lei de 20 de outubro de 1823 escreveu: “ficam abolidas as Juntas Provisórias de Governo, estabelecidas nas Províncias do Império do Brasil por Decreto de 29 de Setembro de 1821.” Ou seja, a lei determinava que todas as Províncias fossem subordinadas somente a D. Pedro I.

5 PERSONALIDADES FUNDAMENTAIS

5.1 JOSÉ BONIFÁCIO

No dia 13 de junho de 1763 nasceu, em Santos, José Bonifácio. Sua dedicação e desempenho levou-o a reputação de melhor cientista brasileiro vivendo em Portugal. Porém, em 1819, depois de 29 anos, ele retornou ao Brasil, assumindo o governo provisório de São Paulo que foi a primeira província a reconhecer a autoridade do príncipe regente.

Após o Dia do Fico, D. Pedro tinha ao seu lado, como conselheiro, José Bonifácio, nomeado pelo príncipe, ministro do Reino e dos Estrangeiros. Como ministro, cabia a ele o preparo do manifesto de 6 de agosto: um documento escrito do seu próprio punho colocando-se contra os portugueses. D. Pedro, então, fez uma viagem política e, na sua ausência do Rio, a princesa D. Leopoldina ficou encarregada da regência do território.

No fim de agosto, navios vindos de Lisboa trouxeram a notícia de que as Cortes reduziram o príncipe a delegado temporário e que a capital de Portugal passou a ser a sede do governo brasileiro. Ademais, elas mandaram processar todos contra a sua política, especialmente José Bonifácio, visto como o maior responsável pelo que se passava no Brasil. O Conselho de Ministros, sob a presidência da princesa D. Leopoldina, reuniu-se e comunicou tudo a D. Pedro via carta. Para Bonifácio, o momento decisivo chegou. “Independência ou morte” tornou-se uma senha que o ministro sempre sugeria ao príncipe.

5.2 MARIA LEOPOLDINA

Carolina Josefa Leopoldina Fernanda Francisca de Habsburgo-Lorena nasceu na Europa em 22 de janeiro de 1797. Tinha a imperatriz Maria Teresa como mãe, o imperador Francisco I da Áustria como pai, e, por isso, seu título real era de arquiduquesa.

Em meados de 1816, Portugal buscava aumentar a sua posição entre as grandes nações da época e nada mais óbvio que negociar um casamento com o império Austríaco, uma das monarquias mais poderosas da Europa. Portanto, o casamento de D. Pedro com Leopoldina aconteceu e a arquiduquesa desembarcou no Brasil em novembro de 1817.

Durante o movimento de independência do país, Leopoldina influenciou D. Pedro a tomar decisões que eram contra Portugal. Ela entendeu que podia negociar a libertação do Brasil da soberania portuguesa em troca de uma monarquia constitucional apoiada pelos brasileiros. Acabou que ela presidiu a reunião que deu origem à carta enviada por ela e por José Bonifácio a D. Pedro explicando a necessidade da declaração de independência. Leopoldina, portanto, tornou-se a primeira imperatriz do Brasil.

5.3 MARIA QUITÉRIA

Em Feira de Santana, na Bahia, no dia 27 de julho de 1792, nasceu Maria Quitéria de Jesus que tinha o sonho de servir ao exército de seu país. Com a independência do Brasil, a capital da Bahia, controlada pelos lusitanos, resistiu ao governo brasileiro e, por isso, homens foram convocados para as lutas que estavam acontecendo. Apesar de nunca ter sido ensinada, ela sabia manejar armas de fogo, cavalgar e caçar; foi assim que convenceu sua irmã e seu cunhado de ajudá-la a parecer-se com um homem, além de usar o nome dele, Medeiros, para ingressar no batalhão “Voluntários do Príncipe D. Pedro”. Quitéria acabou tornando-se a primeira mulher, e cadete, a ingressar no Exército Brasileiro.

Entretanto, seu pai sentiu a sua falta e saiu para procurá-la, encontrando-a no lugar certo: o acampamento militar. Ele revelou a verdadeira identidade da filha para os superiores dela que, apesar de muito surpresos, não permitiram seu desligamento em razão de ela possuir altas competências militares. Ela participou de lutas na Barra do Paraguaçu, destacando o episódio no qual comandou um grupamento de mulheres na defesa do território e a batalha de Pituba que guerrearam com água na altura do peito.

Suas ações militares não passaram despercebidas pelo imperador que a condecorou com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul. Ao voltar para casa, ela se casou e teve uma filha. Atualmente, ela é a patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

5.4 JOANA ANGÉLICA

Joana Angélica de Jesus, nascida em 12 de dezembro de 1761, tornou-se heroína e mártir da independência do Brasil quando ela defendeu o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, situado em Salvador, na Bahia, das tropas portuguesas. Reza a lenda que eles, ao invadirem as dependências do Convento, foram recepcionados por ela exclamando: “Para trás, bandidos. Respeitem a casa de Deus. Recuai, só penetrareis nesta casa passando por sobre o meu cadáver”. Não há comprovação nos documentos históricos que revele tal fala, mas o evento ficou marcado na história do país. Muitos estudiosos afirmam que ela foi a primeira morte heroica da independência.

Em 1782, Joana foi aceita para o noviciado no Convento da Lapa, ou seja, 40 anos de sua vida ela passou dentro do Convento, além de que havia, também, o sentimento patriota com o território brasileiro e todo conflito que estava ocorrendo na época. Sendo assim, ela teve um papel importante para a historiografia no processo de independência e, em 26 de julho de 2018, por lei, ela foi declarada Heroína da Pátria Brasileira.

6 O DESFECHO (1824)

6.1 CONSTITUIÇÃO

Após a proclamação da independência, o país se organizou e formou uma estrutura política e administrativa definida na Constituição Brasileira de 1824 que foi outorgada, ou seja, imposta por D. Pedro I em 25 de março de 1824. É considerada a primeira carta magna brasileira e foi elaborada por um grupo definido pelo imperador. A Constituição de 1824 foi a mais longa na vigência dentro do Brasil. Ao ser revogada, em 1889, depois de 65 anos, era a segunda Constituição escrita mais antiga do mundo.

A adaptabilidade às condições políticas, econômicas e culturais da época estão documentadas na Constituição. Foram criados quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e moderador, sendo esse, o maior de todos, pois impulsionava a monarquia no caminho de seu papel ativo, dominando todos os outros poderes, sendo exatamente tudo decidido pelo imperador. As principais medidas tomadas foram: o regime de governo estabelecido foi a monarquia hereditária; o direito ao voto foi para os homens livres, maiores de 25 anos, com renda anual de mais de 100 mil réis podendo escolher os deputados e os senadores; estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Brasil; criou o Conselho de Estado.

6.2 CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A Confederação do Equador foi uma consequência da Constituição Outorgada. A visão dos federalistas pernambucanos era de que o Brasil independente deveria ser constituído por uma associação de províncias autônomas, ou seja, cada uma teria seu próprio presidente, parlamento, forças armadas e tesouro. Logo, essa parte da história mostra que as divergências que existiam na época da independência eram choques de interesses envolvendo poder e dinheiro.

Em dezembro de 1823, o Grande Conselho - composto por fazendeiros, comerciantes, juízes e padres - reuniu-se na catedral de Olinda e passou a governar a província por uma junta presidida por Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Ele era um rico comerciante e fazendeiro, que depois da derrotada Revolução de 1817, tinha-se refugiado nos Estados Unidos

No primeiro semestre de 1824, Paes de Andrade capturou quatro brigues da marinha imperial que se encontravam em águas da província. O governo imperial, por sua vez, enviou para Pernambuco uma pequena frota sob o comando do capitão John Taylor, que depois de bloquear o porto do Recife por alguns dias, precisou retornar ao Rio de Janeiro. Assim, a Confederação do Equador foi proclamada a 2 de julho de 1824. A reação imediata de D. Pedro

I, ao saber da proclamação, foi suspender as garantias constitucionais na província.

No dia 27 de agosto, os navios de guerra comandados pelo almirante Cochrane começaram a bombardear Recife enquanto o exército do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, invadia a província pelo sul. Na primeira semana de setembro, o brigadeiro Lima e Silva fez uma proclamação aos revolucionários:

Malvados, tremei. A espada da Justiça está por dias a decepar-vos a cabeça, rendei-vos ou (...) estas bravas tropas que eu comando entrarão como se fosse por um país inimigo. Não espereis mais benevolência, o modo do vosso julgamento não admite apelo; uma comissão militar, da qual sou presidente, é que vos há de fazer o processo e mandar-vos punir. (GOMES, 2010, p.126 *apud* MONTEIRO, 1981, p.117)

A capital pernambucana foi ocupada no dia 12 de setembro. Paes de Andrade refugiou-se a bordo de uma fragata inglesa. O grande líder federalista Frei Caneca, no dia 13 de janeiro de 1825, foi arcabuzado e, assim que ele caiu, a tropa gritou “à sua majestade imperial”, “à Constituição” e “à independência do Brasil”.

6.3 RECONHECIMENTO EXTERNO

O Brasil precisava estabelecer um Estado autônomo e soberano e, para isso, as nações do mundo precisavam reconhecer a sua independência. Não obstante muitos autores apontarem os EUA como o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, documentos revisados indicam que a carta enviada pelo ministro argentino Bernardino Rivadavia, em 25 de junho de 1823, dizia que a Argentina celebrava a independência do Brasil e que queria tratar sobre a província Cisplatina. Essa carta formalizou o primeiro reconhecimento da emancipação brasileira por parte de um país. Já em 1824, cumprindo a Doutrina Monroe - América para os americanos - os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil.

Todavia, o Brasil necessitava fazer com que Portugal, a antiga metrópole, reconhecesse o surgimento dessa nação. Foi nesse momento que a Inglaterra apareceu para intermediar, em 29 de agosto de 1825, o Tratado de Paz e Aliança.

Conforme acordado entre os dois países, o governo brasileiro deveria pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas para que Portugal aceitasse a independência do Brasil, além de que D. João VI, rei português, preservaria o título de imperador do Brasil. No entanto, a nação recém-formada não tinha condições de pagar tal indenização, tendo que, então, os ingleses emprestar o valor para o pagamento.

Após o reconhecimento português, o Brasil finalmente conseguiu estabelecer negócios ao redor do mundo por meio de acordos e tratados de comércio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à importância dada ao momento da independência do Brasil, visto que foi o estopim para a liberdade brasileira, esse trabalho teve como objetivo expor momentos da história nacional relacionados à emancipação do país de Portugal os quais não são citados corriqueiramente.

Nesse trabalho, analisou-se a independência do Brasil. Para esse estudo, a Revolução Pernambucana, a Revolução Liberal do Porto e o Dia do Fico foram estudados, pois foram os principais fatores que levaram à liberdade brasileira. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo como fontes: livros históricos, artigos científicos, sítios da internet concernentes ao estudo proposto.

Com a finalidade de compreender o processo pós-declaração, as Guerras de Independência também foram apresentadas nesse trabalho o que ficou evidenciado uma série de situações que, no geral, não estão presentes no currículo de ensino das escolas brasileiras.

Ademais, as histórias das principais pessoas influenciadoras do ocorrido em 7 de setembro de 1822 e das principais pessoas que não se esconderam na luta a favor da independência foram contadas nessa pesquisa a fim de expor suas ações inteligentes e heroicas. Além do mais, compreender a importância da Constituição de 1824 nos dias atuais é válido ao perceber que é a constituição mais antiga e mais duradoura do Brasil.

Dessa maneira, julga-se que o objetivo principal foi inteiramente contemplado e, devido à elucidação dos dados obtidos por esse Artigo Científico, conclui-se que a emancipação brasileira é rica em detalhes desconhecidos pela maioria da população do país, mas que merecem ser destacados por conta de sua relevância no contexto histórico.

No que diz respeito aos objetivos específicos, pôde-se, ao longo do trabalho, examinar as situações que antecederam e influenciaram na independência, compreender os principais fatos que ocorreram após a proclamação da independência, analisar o processo político e de aceitação interna da independência, conhecer as ações das personalidades fundamentais da independência e, por último, enunciar o desfecho das ações emancipacionistas com o reconhecimento externo. Além disso, a explicação para o problema levantado nessa pesquisa foi inteiramente contemplada.

Como esse trabalho é sobre a independência do Brasil, pesquisas futuras nessa mesma área, de acordo com a proposta de divulgar fatos não ensinados nas escolas, irão enriquecer e contribuir ainda mais para o tema proposto. Dentre elas, cabe destacar: acontecimentos ligados à independência do Brasil que influenciaram no Primeiro Reinado.

REFERÊNCIAS

- BARRETO B. R.; SILVA L. F. B. **O bicentenário da Independência do Brasil – Um balanço de 200 anos**. Rio de Janeiro: Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, 2020. 32 p.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça a história da Assembleia Constituinte de 1823**. Brasília: Agência Câmara de Notícias, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546341-conheca-a-historia-da-assembleia-constituente-de-1823/>. Acesso em: 13 set. 2022.
- CHAGAS, K. F. **Maria Quitéria**. Brasília: IDEAL, 2021. 5 p.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 639 p.
- GOMES, L. **1822**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações S.A., 2010. 197 p.
- MOURÃO, G. B. C. M. **A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 352 p.
- NOGUEIRA, O. **Constituições brasileiras volume I: 1824**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 105 p.
- RESENDE, M. **O primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil foi também o primeiro a quem declarou guerra**. [S.I.]: G1 MUNDO, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/07/o-primeiro-pais-a-reconhecer-a-independencia-do-brasil-foi-tambem-o-primeiro-a-quem-declarou-guerra.ghtml>. Acesso em: 04 out. 2022.
- SILVA, D. N. **Maria Leopoldina**. [S.I.]: História do Mundo, [20--] Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/maria-leopoldina.htm>. Acesso em: 28 set. 2022.
- SILVA, D. N. **Revolução Liberal do Porto**. [S.I.]: História do Mundo, [20--]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-liberal-do-porto.htm>. Acesso em: 12 set. 2022.
- SOUSA, O. T. **História dos fundadores do Império do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. v. 208, 326 p.
- VARNHAGEN, F. A. V. P. S. **História da independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos em algumas províncias até essa data**. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. V. 137, 548 p.
- VEIGA, E. **Joana Angélica, a mártir católica que é considerada heroína da Independência**. [S.I.]: BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60428893>. Acesso em: 28 set. 2022.